

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS - SRH/CE**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS - SOHIDRA/CE**

**PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**  
**DE RECURSOS HÍDRICOS PARA O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO**  
**PROÁGUA**

**RELATÓRIO PARCIAL I**  
**DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITÁRIA**



**ADUTORA DE PIRES FERREIRA**

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS – SRH

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS  
PARA O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

PROÁGUA

RELATÓRIO PARCIAL I  
DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITÁRIA

ADUTORA DE PIRES FERREIRA.

FORTALEZA

AGOSTO – 2005



## INDICE

<b>1 – APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>2 – METODOLOGIA DE TRABALHO .....</b>	<b>6</b>
<b>3 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS .....</b>	<b>9</b>
3.1 – PRODUÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO .....	9
3.2 – PALESTRAS .....	9
<b>3.2.1 – Acompanhamento da Obra no município de Pires Ferreira .....</b>	<b>9</b>
<b>3.2.2 – Acompanhamento da Obra no distrito de Delmiro Gouveia.....</b>	<b>10</b>
3.3 – OFICINA DE CAPACITAÇÃO – MÓDULO I.....	11
<b>3.3.1 – Introdução .....</b>	<b>11</b>
<b>3.3.2 – Município de Pires Ferreira.....</b>	<b>12</b>
<b>3.3.3 – Distrito de Delmiro Gouveia .....</b>	<b>13</b>
<b>4 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....</b>	<b>16</b>
<b>5 – AVALIAÇÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS.....</b>	<b>18</b>
<b>6 – REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>21</b>

## ANEXOS

**MATERIAL DE DIVULGAÇÃO: BUNNER**

**PROGRAMA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

**LISTA DE PARTICIPANTES DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

**LISTA DE PARTICIPANTES DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

**TEXTOS DISTRIBUÍDOS NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

**REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

## 1 – APRESENTAÇÃO

## 1 – APRESENTAÇÃO

O documento ora apresentado, constitui-se no Relatório Parcial I, contendo as atividades realizadas no âmbito do Projeto de Educação Ambiental e Sanitária, durante o período de **01 a 31 de julho de 2005**, no município de **Pires Ferreira** e no distrito de **Delmiro Gouveia**.

Para efeito de monitoramento e acompanhamento, as informações serão apresentadas em 02 (duas) etapas.

Inicialmente serão descritas as atividades previstas nos Termos de Referência, objeto deste contrato.

A etapa seguinte descreve as atividades complementares, indispensáveis ao desenvolvimento do processo de Educação Ambiental e Sanitária, sobretudo no que se refere as ações de mobilização que um trabalho dessa natureza requer.

## **2 – METODOLOGIA DE TRABALHO**

## 2 – METODOLOGIA DE TRABALHO

A metodologia apresentada no Projeto de Educação Ambiental e Sanitária está fundamentado nos princípios básicos de mobilização e participação cidadã.

Quem atua na área de educação ambiental conhece as dificuldades das pessoas perceberem as causas e conseqüências referentes a ação antrópica no meio ambiente, dentre as quais podemos destacar: a concepção de que os recursos naturais são infinitos; sua relação cotidiana com o meio ambiente e a sensação de impotência para a solução dos problemas.

A complexidade da questão, requer a discussão e implementação de processos educativos que possibilitem às pessoas adquirir conhecimentos, bem como tomar decisões e adotar procedimentos que interfiram positivamente na relação com o meio ambiente. O homem precisa ser visto na sua totalidade, em suas relações com o mundo e sua intervenção sobre ele e fazendo parte deste mundo, não à parte.

Para tanto, entendemos a mobilização como a atividade vitalizadora do processo de capacitação e participação.

Vale ressaltar as palavras de Nísia Wernek, quando afirma que “mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um projeto comum, sob a interpretação e um sentido também compartilhado”.

Participar ou não de um processo de mobilização é um ato de escolha. Por isso se diz convocar, porque participação é um ato de liberdade. Essa decisão depende essencialmente das pessoas se verem ou não como responsáveis e como capazes de promover e construir mudanças.

A mobilização deve tocar a emoção das pessoas e ser capaz de despertar o interesse, o desejo e a consciência da necessidade de mudança, de participar, tomar parte, pensar coletivo.

Sabe-se que todo processo educativo é lento e implica em compromissos e parcerias relacionadas diretamente com o exercício da cidadania, em mediação de interesses e conflitos, assim como, em mudanças de hábitos.

Por se tratar de uma ação contínua, requer um conhecimento e interação com a realidade local, respeito a diversidade cultural e as peculiaridades de cada região, e sobretudo a capacidade de diálogo entre os diversos atores envolvidos.

A estratégia básica adotada para estimular o envolvimento da população, foi a criação do Grupo de Acompanhamento e Participação Popular – GAPP, composto por representantes das instituições públicas, associações, Comitês de Bacia, lideranças locais, igreja, etc.

Esse grupo é um canal de articulação entre a população e a equipe social da KL, e está sendo capacitado para atuar como multiplicadores, e dar continuidade ao processo de Educação Ambiental e Sanitária, após a conclusão da obra.

Neste contexto, a metodologia utilizada para realização das atividades, envolve contatos, onde são aprofundados os conhecimentos socio-ambientais e também prestados esclarecimentos sobre a obra, e sobretudo, discussões sobre os problemas ambientais e as possíveis alternativas de soluções.

A distribuição de convites, geralmente é feita de forma pessoal, sendo mais uma oportunidade de diálogo. As palestras têm sido realizadas através de apresentação tipo slide desk, dinâmicas participativas, leituras de textos, etc., e forte participação da comunidade, nos questionamentos, complementações e observações.

Do mesmo modo, o material informativo e educativo tem sido elaborado com base nos princípios anteriormente descritos e nas informações obtidas junto a população beneficiária da obra.

### **3 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

### **3 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

#### **3.1 – PRODUÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO**

No que se refere ao material de divulgação, durante o mês de julho foi priorizada a produção de bunnners.

O material foi elaborado em conformidade com os Termos de Referência, no que se refere as especificidades e a quantidade produzida, e foi submetido à aprovação da Secretaria dos Recursos Hídricos e da Empresa MCI.

A produção do bunnners tem como motivo apresentar a importância de água tratada e de boa qualidade para o consumo domiciliar e a idéia é que o mesmo seja utilizado nas reuniões.

#### **3.2 – PALESTRAS**

##### **3.2.1 – Acompanhamento da Obra no município de Pires Ferreira**

Conforme o Projeto de Educação Ambiental e Sanitária, no que concerne a implantação do processo comunicação e acompanhamento, foi realizado um seminário em Pires Ferreira e no distrito de Delmiro Gouveia, onde esta atividade teve o objetivo de implantar um método sistemático de informação e demonstração técnica sobre o andamento das obras e seus principais aspectos e finalidades para que os representantes populares se mantenham mobilizados e bem informados quanto às suas características e formas de execução.

Para a realização deste trabalho foi utilizado como metodologia a exposição das informações em slide desk (data show, tela).

Os temas abordados foram: Os cuidados para a preservação do manancial utilizado; os custos da obra; as comunidades beneficiadas com a adutora, o caminhamento da adutora e a importância do pagamento de tarifas e o cuidado com os equipamentos instalados. Segue a programação em anexo.

No município de Pires Ferreira, o seminário foi realizado na Câmara dos Vereadores no dia 22 de julho do presente ano, contou com a presença de dezenove pessoas, dentre elas as autoridades locais como o prefeito, presidente da câmara, vereadores, agentes de saúde, enfermeiros, agentes sanitários da FUNASA, professores da rede municipal, funcionários da ação social, comerciantes, representantes do Grupo de Acompanhamento e Participação Popular – GAPP e a população.

O referido seminário teve como destaque os seguintes pontos:

- O reconhecimento pela autoridade municipal dos trabalhos realizados pela KL Engenharia, focando a visão participativa e integrada, bem como a importância da construção da adutora, esta, trazida pelo Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria dos Recursos Hídricos;
- Dentro do aspecto da Educação Ambiental e Sanitária foi trabalhado o tema água, ressaltando a sua importância, escassez, como também socializado o resultado do diagnóstico participativo direcionando para os problemas ambientais na sede de Pires Ferreira;
- Concernente ao trabalho social foi relatado a importância do Grupo de Acompanhamento de Participação Popular – GAPP, que tem como ponto de partida a preocupação com a melhoria de qualidade de vida da população e o incentivo à comunidade para participar no processo da construção da adutora;
- Com relação ao aspecto técnico foi exposto, o andamento da obra, o seu custo e alguns transtornos temporais que uma obra deste porte pode acarretar;
- O esclarecimento à comunidade quanto ao pagamento das tarifas de esgoto e água e quanto à forma do controle de qualidade desta, e a solicitação à mesma para que colabore no sentido de informar a CAGECE quanto a má qualidade da água, como também alguma irregularidade com os equipamentos públicos instalados;

### **3.2.2 – Acompanhamento da Obra no distrito de Delmiro Gouveia**

No Distrito de Delmiro Gouveia, o seminário ocorreu na Igreja Matriz, no dia 22 de julho do presente ano, contando com a presença dos moradores das localidades de Marruás dos Rosas, Otavilândia e de Delmiro Gouveia, totalizando cinquenta e cinco participantes, entre autoridades locais, o prefeito do município de Pires Ferreira e a população.

O seminário realizado em Delmiro Gouveia teve como pontos importantes:

- Conforme a palavra da autoridade local a comunidade se sente agradecida pela atenção e dedicação quanto aos trabalhos realizados pela consultoria, e



- mais importante ainda por ser uma obra trazida pelo Governo do Estado do Ceará;
- Quanto á temática de Educação Ambiental e Sanitária foi relatado a importância da água, seu uso sustentável, o cuidado com o açude Araras, como também foi apresentada a comunidade o resultado do diagnóstico, dando ênfase às questões sanitárias e ambientais;
  - No que concerne à parte técnica da construção, foi apresentado o andamento da obra, o custo, o material utilizado;
  - Como as localidades presentes nunca efetuaram o pagamento de água, as informações sobre pagamento da tarifa foram recebidas com muita expectativa;
  - No âmbito social foi comentada a importância do Grupo de Acompanhamento de Participação Popular e a continuidade deste, quando no término da obra.

### 3.3 – OFICINA DE CAPACITAÇÃO – MÓDULO I

#### 3.3.1 – Introdução

Com vistas a atender as atividades propostas no Projeto de Educação Ambiental e Sanitária, foi realizado em Pires Ferreira e no distrito Delmiro Gouveia, o módulo I com uma carga horária de 16h, atendendo o programa elaborado conforme anexo.

A metodologia colocada em prática foi a seguinte:

- Dinâmica de Grupo, cujos objetivos são: desinibir a capacidade criadora dos participantes, levando-os a se tornarem bastantes desenvoltos; aumentar a coesão do grupo; proporcionar um aperfeiçoamento do trabalho coletivo, procurando atingir, através do grupo, metas socialmente desejáveis. Foram realizadas dinâmicas de apresentação, de conhecimento e de integração.
- Os temas foram explanados em forma de slides, como também a distribuição de textos e apresentação de vídeo.
- O tema meio ambiente foi abordado em seu conceito, enfatizando a interação evolucionária (fatores abióticos, fatores bióticos e cultura humana). Foram ressaltados os problemas ambientais dentro da visão global, direcionado-os para os problemas locais.



- O item resíduos sólidos foi salientado os aspectos sociais, econômicos, sanitários e ambientais, dando ênfase ao ciclo de vida das embalagens e sua viabilidade econômica dentro do contexto da coleta seletiva.
- Em relação ao item hídricos foi ressaltado o desperdício, a escassez, a poluição dos recursos naturais hídricos, como também a importância do saneamento básico para a preservação destes recursos.
- O tema Plano de Ação enfoca a elaboração de um projeto em que este é um conjunto de atividades temporárias realizadas para gerar um serviço singular, apresentando a seguinte estrutura lógica: objetivo geral, objetivos específicos, resultados esperados e atividades/ações.
- Após a exposição teórica, foi desenvolvido uma atividade prática em forma de trabalho em grupo, onde os participantes desenvolvem atividades relacionadas com o tema abordado focando o seu ambiente.

O módulo I teve como estratégia :

- Construir uma formação ecocidadã do grupo participante;
- Respeitar e cuidar dos recursos naturais que pertencem a comunidade;
- Melhorar a qualidade de vida humana;
- Modificar atitudes e práticas pessoais;
- Permitir que a comunidade cuide de seu próprio ambiente;
- Construir uma aliança entre o grupo para a realização de um projeto sócio ambiental.

### **3.3.2 – Município de Pires Ferreira**

Em Pires Ferreira participaram do Módulo I, quinze pessoas, conforme lista de presença em anexo.

Na ocorrência do módulo I em Pires Ferreira, algumas declarações dos participantes, durante a apresentação dos trabalhos elaborados, devem ser ressaltadas:



- A dificuldade em trabalhar com o homem do campo quanto as questões ambientais, como por exemplo as queimadas e uso abusivo dos agrotóxicos em áreas próximas aos recursos hídricos;
- A necessidade de um trabalho intensivo nas escolas com as crianças, adolescentes, jovens sobre o consumo sustentável;
- É preciso repassar o que foi aprendido em sala de aula, porque muitas atitudes agressivas ao meio ambiente são por falta de informações;
- Tem que ter muita coragem e garra para transformar a realidade ambiental de Pires Ferreira;
- O homem precisa atuar na natureza de forma sustentável e tendo conhecimento das leis ambientais;
- Deve-se exercer o papel de um cidadão ecologicamente correto;
- Dentro de uma visão social o que mais incomoda o grupo é a corrupção, injustiça, miséria, preconceito, desperdício dos alimentos, desigualdade social e falsidade.
- Na elaboração do projeto os temas mais discutidos foram: o reflorestamento do riacho São Francisco; a criação de um comitê jovem em defesa do meio ambiente; campanha educativa sobre o acondicionamento correto dos resíduos sólidos.

### **3.3.3 – Distrito de Delmiro Gouveia**

No distrito de Delmiro Gouveia em cada turno o grupo aumentava. Começou com doze e terminou com vinte e três participantes. Segue anexa a lista de presença.

Na ocorrência do módulo I, no distrito de Delmiro Gouveia, destaca-se os trabalhos elaborados pelas equipes, os quais foram:

#### **Equipe 1 – “VAMOS LIMPAR OTAVILÂNDIA”**

*Esclarecendo a população para que não deixe os porcos na rua, por que são os causadores das doenças como: CISTICERCOSE, TOXOPLASMOSE E TENIASE.*

#### **Equipe 2 – “CONCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL”**

*Junte-se a gente na luta a favor da natureza.*



- *Não jogue o lixo nas ruas, encostas e rios.*
- *Evite desmatamentos e queimadas.*
- *Não contribua para poluição sonora e visual.*

*A natureza e a nossa saúde agradecem!*

### **Equipe 3 – “O REP DO LIXO”**

*Aprenda meu irmão conviver em união*

*A natureza está sofrendo através das suas mãos*

*Lixo é coisa tóxica tem em toda região, consciência é atitude, tem que ter a população.*

*Alô galera esperta então se liga nesta, o lixo é real e você pode se dar mal, se não souber usar, pode lhe prejudicar.*

*Pegue suas latinhas, vidros, plásticos e papéis, não jogue no seu quintal. e nem jogue para lixão, seja inteligente, dê a uma catadora e faça doação.*

*REFRÃO: Lixo é complicação entenda meu irmão preserve a natureza com fé e união.*

### **Equipe 4 – “AS MARGENS DO AÇUDE SANTA TEREZA I”**

*Preserve o nosso rio. Não suje-o.*

*Não faça suas necessidades fisiológicas, próximas do rio, pois prejudicará nosso amanhã.*

*Vamos trabalhar em parceria.*

*O lixo polui o ar, a água e o solo e transmite doenças. Cuide-se*

## **4 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

#### 4 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Considerando o processo histórico de formação e organização da nossa sociedade, aliado ao descrédito na concretização das obras governamentais, e ainda que todo processo educativo é lento, a implementação do Projeto de Educação Sanitário e Ambiental requer uma mobilização constante, através de contatos formais e informais, reuniões, participação em eventos locais, etc.

O trabalho consiste em ações permanentes visando não apenas a participação da comunidade em eventos significativos como palestras, oficinas, etc., mas sobretudo, no envolvimento da população em atividades que impliquem em reflexões e conseqüentemente, em mudanças de comportamentos na relação individual e coletiva, com o meio ambiente.

Outro aspecto importante refere-se ao fortalecimento das parcerias e compromissos firmados com técnicos, lideranças e comunidades.

Nesse contexto, as atividades realizadas tiveram como objetivos:

- aumentar a divulgação sobre o Projeto de Construção da Adutora/Educação Ambiental e Sanitária;
- Ampliar os conhecimentos sobre as localidades;
- Acompanhamento, por parte da população, do desenvolvimento da obra.

Em, síntese, foram realizadas as seguintes atividades.

ATIVIDADES	QUANTIDADES	N.º DE PARTICIPANTES
Mobilização para a reunião do GAPP	02	16
Reunião com estudantes	01	14
Reunião do GAPP	02	16
Participação em eventos do município	02	75
Mobilização para as oficinas de Educação Ambiental	06	70

## **5 – AVALIAÇÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS**

## 5 – AVALIAÇÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS

Os seminários realizados na sede do município de Pires Ferreira bem como no distrito de Delmiro Gouveia, obtiveram resultados positivos.

Em Pires Ferreira, cabe destacar:

- A participação do Gerente da CAGECE, atendendo a uma solicitação da comunidade em relação a ausência da CAGECE no município de Pires Ferreira. Com o que foi exposto, os participantes do Seminário sentiram-se à vontade em colocar as suas dificuldades quanto ao abastecimento da água, a qualidade da água e conheceram como se calcula a tarifa de esgoto e água.
- Trabalho sócio ambiental realizado com a comunidade, vem sensibilizando as pessoas quanto a sua importância no processo participativo na construção da sua cidade no âmbito social, econômico, cultural e ambiental.

Com esta nova visão pode-se esperar um resultado de uma sociedade sustentável atendendo o seguinte pressuposto de uma sociedade democrática, fundada em uma nova cidadania, de caráter participativo, sendo produto da constituição de sujeitos sociais ativos, exercendo os seus direitos e deveres dentro dos princípios democráticos nas relações sociais.

No Distrito de Delmiro Gouveia vale ressaltar:

- A participação do Gerente da CAGECE com a explicação de como as localidades terão água em suas residências, mas que pagarão uma tarifa, como também a solicitação da comunidade de Delmiro Gouveia por ter seu próprio posto de atendimento da CAGECE;
- Um outro ponto positivo é o trabalho sócio ambiental realizado com a comunidade, que vem sensibilizando as pessoas quanto a sua importância no processo participativo na construção de um ambiente com qualidade de vida.

Com a realização do Módulo I, de Educação Ambiental e Sanitária no município de Pires Ferreira e no distrito de Delmiro Gouveia os resultados obtidos foram os seguintes:

- O grupo se mostrou entusiasmado em mudar a situação ambiental da sua cidade através de atividades que sirvam para sensibilizar a comunidade.



- A sensibilização do grupo quanto ao mal uso da água e a valorizar mais esse bem escasso;
- Os temas explanados foram de grande importância para a comunidade, porque despertaram para as questões ambientais das localidades;
- Tiveram a percepção do processo de degradação ambiental e o dano que traz para a comunidade.

## **6 – REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

## 6 – REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- TORO A, José Roberto, Nísia Maria Duarte Wernek – Mobilização Social – “Um Modo de Construir a Democracia e a Participação. Brasília – Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria dos Recursos Hídricos e Associação Brasileira de ensino Superior – ABEAS, UNICEF, 1997.
- MILITÃO, Albigenor – SOS.: Dinâmica de Grupo / Albigenor & Rose Militão – Rio de Janeiro: Dunya, Ed. 1999.
- DIAS, Genebaldo Freire. Ecopercepção: um resultado didático dos desafios sociosambientais. São Paulo. Gaia, 2004.
- CORDEIRO & CASTRO, Lelia e Lelia Maria Ferreira. Resíduos Sólidos Urbanos e a Importância de uma Coleta Seletiva Sustentável para o município de Fortaleza. Monografia: Especialização em Gestão Ambiental. Universidade de Fortaleza – UNIFOR, 2004 ([www.tecnoambiental.com.br](http://www.tecnoambiental.com.br))
- EDUCAÇÃO ambiental: curso básico a distância: questões ambientais: conceitos, história, problemas e alternativas. Coordenação-Geral: Ana Lúcia Tostes de Aquino Leite e Naná Mininni-Medina. Brasília: MMA, 2001. 5v. 2ª Edição ampliada.
- EDUCAÇÃO ambiental: curso básico a distância: educação e educação ambiental II. Coordenação-Geral: Ana Lúcia Tostes de Aquino Leite e Naná Mininni-Medina. Brasília: MMA, 2001. 5v. 2ª Edição ampliada.





**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS**

**PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE  
RECURSOS HÍDRICOS PARA O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO  
PROÁGUA**



Água tratada e de boa qualidade em sua casa







## **Projeto de Educação Ambiental e Sanitário**

### **Programação do evento**

1. **OBJETIVO:** Apresentar e discutir o Projeto de Educação Ambiental e Sanitária e o Projeto Técnico referente a construção do sistema adutor.

2. **TIPO DO EVENTO:** Seminário

3. **DEFINIÇÕES:**

**3.1. Metodologia** – Esse evento será apresentado em forma de seminário, onde os técnicos convidados irão explanar sobre o andamento da obra, usando como material didático slides. No segundo momento fica aberto para perguntas e respostas.

**3.2. Público:**

- a) Alvo: Gestores municipais e comunidade em geral.
- b) Quantitativo: 60 pessoas

**3.3. Local, Data e Horário**

- a) Local: Câmara dos Vereadores – Pires Ferreira
- b) Data: 22 de junho de 2005
- c) Horário: 08:00

**3.4. Temas Abordados**

- a) Os cuidados para com a preservação do manancial hídrico utilizado para a captação do sistema adutor.
- b) O custo das Obras
- c) As comunidades que receberão água
- d) O caminhamento da adutora
- e) A importância do pagamento de tarifas e o cuidado com os equipamentos instalados.

**3.5. Expositores**

- a) Técnicos da KL Engenharia
- b) Técnicos da Construtora
- c) Técnicos da CAGECE
- d) Representante do GAPP



## **Projeto de Educação Ambiental e Sanitário**

### **Programação do evento**

1. **OBJETIVO:** Apresentar e discutir o Projeto de Educação Ambiental e Sanitária e o Projeto Técnico referente a construção do sistema adutor.

2. **TIPO DO EVENTO:** Seminário

3. **DEFINIÇÕES:**

**3.1. Metodologia** – Esse evento será apresentado em forma de seminário, onde os técnicos convidados irão explanar sobre o andamento da obra, usando como material didático slides. No segundo momento fica aberto para perguntas e respostas.

**3.2. Público:**

c) Alvo: Gestores municipais e comunidade em geral.

d) Quantitativo: 30 pessoas

**3.3. Local, Data e Horário**

a) Local: Igreja Matriz – Delmiro Gouveia

b) Data: 22 de junho de 2005

c) Horário: 14:00

**3.4. Temas Abordados**

a) Os cuidados para sua preservação do manancial utilizado.

b) O custo das Obras

c) As comunidades que receberão água

d) O caminhamento da adutora

e) A importância do pagamento de tarifas e o cuidado com os equipamentos instalados.

**3.5. Palestrantes**

a) Técnicos da KL Engenharia

b) Técnicos da Construtora

c) Técnicos da CAGECE

d) Representante do GAPP

**PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITÁRIA  
PROÁGUA - MODULO I**

**Local: Colégio Municipal Alzira Maria - Pires Ferreira**

**Data: 26 e 27 de julho de 2005**

**Facilitador: Lelia Castro**

**Tópico 1: Meio Ambiente**

- 1.1. Conceito
- 1.2. Problemas Ambientais
- 1.3. Legislação Ambiental

Duração: 4h

**Tópico 2: Resíduos Sólidos e Líquidos**

- 2.1. Definição
- 2.2. Tipologia dos Resíduos
- 2.3. Aspecto Sanitário
- 2.4. Aspecto Econômico
- 2.5. Aspecto Social
- 2.6. Geração dos Resíduos Sólidos/Líquidos Urbanos
- 2.7. Coleta seletiva

Duração: 4h

**Tópico 3: Recursos Hídricos**

- 3.1. Ciclo da água
- 3.2. Distribuição da água do planeta
- 3.3. Manejo racional da água
- 3.4. Como a água perde a sua pureza?
- 3.5. Poluentes da água
- 3.6. Definições importantes:

3.6.1. Bacia Hidrográfica

3.6.2. Adutora

Duração: 4h

#### **Tópico 4: Plano de Ação**

Elaboração do Projeto - Tema escolhido pelo grupo voltado para as atividades cotidianas e que promovam uma melhoria da qualidade sanitária e ambiental da localidade.

Duração: 4h

**PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITÁRIA  
PROÁGUA - MODULO I**

**Local: Escola Centro Educacional Rural – Delmiro Gouveia**

**Data: 28 e 29 de julho de 2005**

**Facilitador: Lelia Castro**

**Tópico 1: Meio Ambiente**

- 1.4. Conceito
- 1.5. Problemas Ambientais
- 1.6. Legislação Ambiental

Duração: 4h

**Tópico 2: Resíduos Sólidos e Líquidos**

- 2.8. Definição
- 2.9. Tipologia dos Resíduos
- 2.10. Aspecto Sanitário
- 2.11. Aspecto Econômico
- 2.12. Aspecto Social
- 2.13. Geração dos Resíduos Sólidos/Líquidos Urbanos
- 2.14. Coleta seletiva

Duração: 4h

**Tópico 3: Recursos Hídricos**

- 3.7. Ciclo da água
- 3.8. Distribuição da água do planeta
- 3.9. Manejo racional da água
- 3.10. Como a água perde a sua pureza?
- 3.11. Poluentes da água
- 3.12. Definições importantes:

3.12.1. Bacia Hidrográfica

3.12.2. Adutora

Duração: 4h

#### **Tópico 4: Plano de Ação**

Elaboração do Projeto - Tema escolhido pelo grupo voltado para as atividades cotidianas e que promovam uma melhoria da qualidade sanitária e ambiental da localidade.

Duração: 4h

**LISTA DE PARTICIPANTES DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS  
PROÁGUA



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITÁRIA

LISTAGEM DOS PARTICIPANTES

TÉCNICO RESPONSÁVEL: Tácia Oliveira de Oliveira  
CIDADE/COMUNIDADE: PIRES FERRÊS  
EVENTO OU ATIVIDADE: Slide Desk  
DATA: 22/06/2005

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO/ENTIDADE	FUNÇÃO/CARGO	ENDEREÇO	TELEFONE
1	Leandro Alves dos Santos	Representante Nasa		Piões Ferrêsa	36511086
2	Thaiane Falcão	S.T.R	Pres. do S.	Piões Ferrêsa	
3	José Leônidas	ASTC	V. SANITÁRIO	Piões Ferrêsa	
4	Walter Augusto de Araújo	ASTC	V. SANITÁRIO	Piões Ferrêsa	36511074
5	Dr. Valmir Oliveira de Moraes	ASTC	V. SANITÁRIO	Piões Ferrêsa	36511117
6	Valdinei Assis de Sá	CPGECE	V. SANITÁRIO	Piões Ferrêsa	36511123
7	José Elton Araújo			Piões Ferrêsa	36511094
8	Agostinho S. Bezerra	Farmácia G.M		Piões Ferrêsa	36511099
9	Márcio do Socorro de Araújo	ACS		Piões Ferrêsa	99681386
10	Márcio Araújo de Araújo	CÂMARA MUNICIPAL	VEREADORA - PRESIDENTE	Piões Ferrêsa	36511099
11	Walter de Araújo	VEREADORA	Comerciante	Piões Ferrêsa	36511207
12	Walter de Araújo		Comerciante	Piões Ferrêsa	36511150
13	Walter de Araújo	Prefeitura Munic	Secretário	Piões Ferrêsa 153	36511070
14	Walter de Araújo	Sel. de Saúde	Secretaria de Saúde	Rua 22 de Novembro 467	36511158
15	Antônio da Costa	Agente de Saúde	Ag. Saúde	Rua Domingos de Matos	
16	Antônio do Nascimento	Projetos		Santa Luzia II	6511190
17	Alcides Silva de Araújo	Projetos	Alcides Silva	Piões Ferrêsa	36511111
18	Alcides Silva de Araújo	Soc. ACAD G.O.UAL	ASSOCIADO	PIÕES FERRÊSA	651-1194
19	Alcides Silva de Araújo	SACILE - P.S.F	CNP - P.S.F	SEDE	

REALIZAÇÃO:



KL ENGENHARIA



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS  
PROÁGUA



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITÁRIA

LISTAGEM DOS PARTICIPANTES

TÉCNICO RESPONSÁVEL: Tânia Rodrigues de Oliveira  
CIDADE/COMUNIDADE: PIRES CARREIRA (DELMIRO GOUVEIA)  
EVENTO OU ATIVIDADE: SLID DISK

DATA: 22.10.6.1.2005

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO/ENTIDADE	FUNÇÃO/CARGO	ENDEREÇO	TELEFONE
1	Antônio Paiva Rodrigues	Associação	Terapeuta	Delmiral BERNARDO SAMPÃO	
2	Puteluberg Tinto de Sá	Prefeitura	Secretário	Zeladoria do USTX6	
3	Leônia Santos		Dona de casa	Vila Santa Luzia	
4	Antônio de Sá		<del>Assessor</del>	MAIENS DOS ROSAS	
5	Maria Adalgiza Gomes		Boleiro de saúde	Praga da Igreja	
6	Maria Helo Araguitada Silva		Comerciante	Quilombo	
7	Francisca Emília Ferrigno		Dona de casa	Logradouro de Anulo	
8	Antônio de Sá		Agente de saúde	DELMIRO	
9	Marcelo Gomes		De saúde	DELMIRO	
10	Marcelo Gomes		Agente de saúde	DELMIRO	
11	Antônia Albertina Paiva Mendes		AGRICULTOR	DELMIRO	
12	Antônio de Sá		AGRICULTOR	DELMIRO	
13	Antônio de Sá		AGRICULTOR	DELMIRO	
14	Maria Sílvia O. Barros		DONA DE CASA	DELMIRO	
15	Maria Sílvia O. Barros		DONA DE CASA	DELMIRO	
16	Antônia de Maria Alves de Sousa		DONA DE CASA	DELMIRO	
17	Joana Bárbara de Oliveira		DONA DE CASA	DELMIRO	
18	Joana Bárbara de Oliveira		DONA DE CASA	DELMIRO	
19	Antônio de Sá		AGRICULTOR	DELMIRO	
20	Antônio de Sá		DONA DE CASA	DELMIRO	
21	Antônia de Sá		DONA DE CASA	DELMIRO	
22	Antônio de Sá		ESTUDANTE	DELMIRO	

REALIZAÇÃO:



KL ENGENHARIA



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS  
PROÁGUA



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITÁRIA

LISTAGEM DOS PARTICIPANTES

TÉCNICO RESPONSÁVEL: Tânia Regina de Jesus  
CIDADE/COMUNIDADE: PIRES FERREIRA (OTAVILÂNDIA/MARAVILHAS DASAS) DATA: 22.1.06.2005  
EVENTO OU ATIVIDADE: SUD DEST

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO/ENTIDADE	FUNÇÃO/CARGO	ENDEREÇO	TELEFONE
23	Guinoléi Spaula Silva		Estudante	Delmiro Gouveia	
24	Marcelo de Fátima Costa		DONA DE CASA	DELMIRO GOUEIA	
25	Maria Ivani Paiva Valério	ASSOCIAÇÃO	DONA DE CASA	Delmiro Gouveia	
26	Ana Maria Oliveira Araújo		ESTUDANTE	DELMIRO GOUEIA	
27	Marcelina Magalhães Paiva		DONA DE CASA	DELMIRO GOUEIA	
28	Helena Krieger de Paiva		DONA DE CASA	DELMIRO GOUEIA	
29	Antônio Rodrigues		AGRICULTOR	OTAVILÂNDIA	
30	Franco de Paiva		DONA DE CASA	DELMIRO GOUEIA	
31	Maria Soares Mota de Sousa		DONA DE CASA	OTAVILÂNDIA	
32	Maria Fátima Paiva		ADSS	DELMIRO GOUEIA	
33	Elaine de Azevedo de Araújo		DONA DE CASA	DELMIRO GOUEIA	
34	Elaine de Azevedo de Araújo		DONA DE CASA	DELMIRO GOUEIA	
35	Araceli de Jesus		DONA DE CASA	DELMIRO GOUEIA	
36	Neide de Azevedo Fernandes		Agente de Saúde	DELMIRO GOUEIA	
37	Adão de Azevedo		AGRICULTOR	FUZIL	
38	Ernesto de S. Costa		AGRICULTOR	OTAVILÂNDIA	
39	Marcelo de Azevedo		VEICADOR	PIRES FERREIRA	
40	Maria Domercos Farias		Prefeito	Fra. Juliana 153	
41	Laércio de Azevedo	Sec. Ação Social	ADM. ADMNIST.	PIRES FERREIRA (SEDE)	
42	Maria de Oliveira Paiva		UNIVERSITÁRIA	DELMIRO GOUEIA	
43	Adriano de Azevedo		DONA DE CASA	DELMIRO GOUEIA	
44	Silvia de Azevedo		DONA DE CASA	DELMIRO GOUEIA	
45	Silvia de Azevedo		DONA DE CASA	DELMIRO GOUEIA	

REALIZAÇÃO:



KLENGENARIA















GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS  
PROÁGUA

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITÁRIA

LISTAGEM DOS PARTICIPANTES

TÉCNICO RESPONSÁVEL: Táris de Queiroz / Lélia Castro  
CIDADE/COMUNIDADE: Delmiro Gouveia  
EVENTO OU ATIVIDADE: Modulo I

DATA: 28/07/2005

Iande

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	ENDEREÇO	TELEFONE
01	Maria Acelyna da Silva		Professora	Delmiro Gouveia	3651-2065
02	Ferezinha Castro Farias		Professora	DELMIRO GOUVEIA	3651-2021
03	Antônia Albertina Paiva		Presidente do Conselho	Pereiras	
04	Francisco Edir B. Guimarães		Professor	Pousa Furquim (Sude)	3651-1125
05	Maria Odete Pereira Alves		Professora	Delmiro Gouveia	
06	Francisco Neide A. Fernandes		Auxiliar de enf.	Delmiro Gouveia	99258246
07	Emenilde Alves de Paiva		A.C.S	Santa Helena I	99554675
08	Maria Estondina Alves Martins		Estudante	Santa Helena I	99554675
09	Maria Janias Paiva		Aux. ENFERMEIRA	Atavilândia	3651-2068
10	Levi Estevão Rosalina Nunes		Vertebulando	Delmiro Gouveia	99134-3891
11	Maria Jani Paiva Valério		aux. herv. genis	Delmiro Gouveia	3651-2035
12	Popul Texuma de Sousa		Estudante	Delmiro Gouveia	3651-2019
13	Antônio Lopes Pereira Oliveira		Estudante	Delmiro Gouveia	3651-2032
14	Luiz Manoel Farias		Estudante	Delmiro Gouveia	
15	Alexandre Neto		Estudante	Delmiro Gouveia	3651-2024
16	Juvenia de Paiva		A.G. Cumint	Olvestância	
17	Antônio Ribeiro de Paiva		AGRICULTOR	Olvestância	
18	Raymundo Alencar Dantas = Bruno		Aluno	Atavilândia	3651-2068
19	Roberto Gonçalves de Sousa		Estudante	Delmiro Gouveia	3651-2065
20	Ana Louca Castro		UNIVERSITARIA	DELMIRO GOUVEIA	3651-2027
21	Marcos Rodrigues Farias		ACS	Delmiro Gouveia	3651-2055
22	Maria Lindalmina C. Farias		TÉCNICA DE ENFERMEIRA	DELMIRO GOUVEIA	3651-2021
23	BERNARDO ALBA PEREIRA ANDRADE		PROFESSOR	Atavilândia	3651-2068



DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA AMBIENTAL

TÉCNICO RESPONSÁVEL: Tânia de Castro / Tânia Castro  
 CIDADE/COMUNIDADE: Delmiro Gouveia  
 EVENTO OU ATIVIDADE: Modulo I

DATA: 29.10.2005

Mambá

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	ENDEREÇO	TELEFONE
1	Antonio Albertino Paiva Martins		Agente de Saúde	Pereiros	
2	Antonio Rodrigo Ferreira Pires		Professor	Delmiro Gouveia	3651-2043
3	Antonio Amorim Pereira Oliveira		Estudante	Delmiro Gouveia	3651-2032
4	André Helder Lima Fernandes		Estudante	Delmiro Gouveia	
5	Alex Blevião Rosalina Lima		Distribuidor	Delmiro Gouveia	9914-8891
6	Baís Conceição V. Fagundes		Estudante	Delmiro Gouveia	3651-2065
7	Maria Farias Paiva		Agente de Saúde	Itavilândia	3651-2068
8	Antonina Francine Ribeiro de Paula		Estudante	Itavilândia	9925-8246
9	Franisca Neide Azevedo Fernandes		Agente de Saúde	Delmiro Gouveia	3651-2035
10	Maria Trani Paiva Valério		Coordenadora	Delmiro Gouveia	3651-1118
11	Cláudia Jany Farias Oliveira		Coordenadora	Rua Ferreira (Same)	3651-2010
12	Françoise Joly Paiva Rodrigues		Estudante	PRES. ESTEREA	3651-2019
13	Paula Luciana de Sousa		Professor	Delmiro Gouveia	3651-2065
14	Regina Avelina da Silva		Estudante	Delmiro Gouveia	3651-2021
15	Alexandre Neto		Professor	Delmiro Gouveia	3651-2137
16	Ana Perceira Brito		Professora	11	
17	Maria Odete Pereira Alves		Professora	11	



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS  
PROÁGUA

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITÁRIA

LISTAGEM DOS PARTICIPANTES

TÉCNICO RESPONSÁVEL: Tássia de Gusmão / Tássia Castro  
 CIDADE/COMUNIDADE: Delmiro Gouveia  
 EVENTO OU ATIVIDADE: Modulo I DATA: 29.07.2005

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	ENDEREÇO	TELEFONE
01	Wally Conceição M. Vasconcelos		estudante	Delmiro Gouveia	3651-2065
02	Antônio Amaro Pereira Oliveira		estudante	Delmiro Gouveia	3651-2032
03	Lea Brito de Sousa		estudante	Delmiro Gouveia	9912-2091
04	Francisco de Sales Brito de Sousa		professor	Delmiro Gouveia	
05	Queres Pereira de Sousa		estudante	Delmiro Gouveia	3651-2019
06	Roberto Pereira de Sousa		estudante	Delmiro Gouveia	3651-2065
07	Cláudia Nêta Perceira Andrade		professora	Otavilândia	3651-2064
08	Kaizhuambiz Mahosi Damasceno		aluna	Otavilândia	3651-2068
09	Patrícia Ferreira de Sousa		professora	Otavilândia	3651-2068
10	Antônio Francisco Ribeiro de Sousa		professora	Otavilândia	3651-2068
11	Fra Juvenal de Paiva		aluna de enfe.	Otavilândia	3651-2068
12	Antônio Ribeiro de Paiva		agricultor	Otavilândia	3651-2068
13	Maria Fátima Paiva		aux. enf.	Otavilândia	3651-2068
14	Maria Leide de Sousa Paiva		técnica de enfermagem	Delmiro Gouveia	3651-2024
15	Ana Cláudia de Sousa Paiva		universitária	Delmiro Gouveia	3651-2024
16	Marta Jiani Paiva Valério		aux. bov. gado	Delmiro Gouveia	
17	Fra Neide Bezerra de Sousa		aux. de enfermagem	Delmiro Gouveia	
18	Antônio Rodrigo Ferreira Paiva		professor	Delmiro Gouveia	3651-2043
19	Leide de Sousa Paiva		professora	Delmiro Gouveia	
20	Patrícia de Sousa Paiva		estudante	Delmiro Gouveia	
21	Maria de Sousa Paiva		professora	Delmiro Gouveia	3651-2065
22	Maria de Sousa Paiva		professora	Delmiro Gouveia	3651-2068

REALIZAÇÃO:



**LISTA DE PARTICIPANTES DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES**









Para ajudá-lo, sugerimos as seguintes etapas:

### **Título do Projeto**

O nome do projeto deve ser atrativo e estar relacionado com o tema.

### **Objetivo**

É onde eu quero chegar com o meu projeto coletivo. O que eu espero obter depois do projeto realizado. Quais mudanças eu espero que ocorram na minha comunidade?

### **Justificativa**

Vai mostrar a importância do estudo a partir do diagnóstico. Cada um dos professores da escola, bem como a direção e o pessoal de apoio, e naturalmente os alunos, devem ter um papel bem definido. Este papel não é o de mero espectador. Cada um tem uma função a realizar, à luz de cada disciplina (ou conteúdo programático). É aqui, na justificativa, que você "vende" o seu projeto, ou seja, que você motiva as pessoas para compartilharem em grupo uma mesma ideia, e é aí também que você apresenta os elementos para ganhar novos parceiros, como por exemplo, aqueles que poderão ajudar a financiar o projeto. É aqui, na justificativa do projeto, que você deve apresentar toda a fundamentação teórica do trabalho.

### **Tempo do projeto**

É muito importante que se defina em quanto tempo eu vou realizar o meu projeto. Esse tempo vai depender do tipo de atividades que eu vou desenvolver. Não elabore projetos com duração muito curta, nem muito longa. Os curtos tendem a ser pontuais e os longos podem gerar desinteresse durante processo.

## O público-alvo.

A quem se destina o projeto?

Vou envolver a escola toda, ou vou fazer um piloto com uma única série?

É importante definir previamente quem vai participar do projeto.

## As atividades.

A importância da participação de todos os docentes aqui é indiscutível. De modo coordenado cada um pode fazer o seu planejamento mensal ou bimestral para tratar do tema em questão. A participação dos demais membros da comunidade escolar também é importante. (Não adianta estar falando em inserção de todos se a faxineira da escola jamais participou de uma atividade com o corpo docente).

Para o planejamento das atividades docentes é interessante que estas sejam feitas em duas etapas:

- ✓ Uma geral envolvendo todo o coletivo de professores da escola. E, ativamente que vamos tratar o que fazer dentro da escola. Dentro do tema escolhido, o que deve ser tratado de modo integral e significante para a comunidade. Temos que ter claro que podem acontecer, e devem acontecer, intervenções concretas na realidade da comunidade.
- ✓ A outra etapa é a específica, para cada uma das áreas de estudo. Isso quer dizer que ainda nesta etapa eu posso fazer um trabalho coletivo com os outros professores da mesma disciplina ou da mesma série, para ajustar o conteúdo e como ele deve ser trabalhado. Dentro do conteúdo a ser desenvolvido, como eu posso inserir o tema do projeto (cada professor deve procurar a melhor estratégia para a abordagem disciplinar do tema e depois discutir no coletivo, para somar idéias e atividades).

Não se esqueça de que o aporte teórico para desenvolver a atividade (ou módulo, ou tema) é muito importante.

*A grande diferença que se propõe agora é que o que antes era desconectado e que não tinha sentido, nem para o aluno, nem para a comunidade, agora passa a ter um vínculo real.*

Como é isso? Você me pergunta, então vamos tentar exemplificar. Até um tempo atrás, decorar tabuada era situação corriqueira. Todo menino decorava, não sabia porque, muito menos para que, mas tinha que decorar, para "recitar" e logo dar um jeito de esquecer aquilo tudo. Era um sofrimento só. Agora refleta, se você tem que trabalhar em matemática uma unidade que fale das operações matemáticas, e se você consegue vincular esta tarefa com o que o outro professor está trabalhando, o aluno já começa a ver alguma conexão no que está acontecendo. Se você e os seus colegas conseguem, além de vincular uma disciplina com a outra, ainda conseguem transportar o que estão falando para a realidade concreta do aluno, inserindo-o no contexto, e fazendo com que ele seja o sujeito da análise, então teremos conseguido que ele tenha um vínculo neste processo, que ele se sinta importante, participativo e determinante (sujeito) do processo.

No planejamento das atividades devem ser contempladas as reuniões de acompanhamento e elaboração. Esses encontros serão fundamentais para que se façam os ajustes ao longo do processo.

## **A avaliação**

Fora o processo de avaliação já em andamento na escola, o processo de avaliação dos projetos sob a ótica da Educação Ambiental não são excludentes, ou seja, ele não procura o que não se sabe, ou o que não se fez. Muito pelo contrário, ele vai sempre realçar a ação positiva. Quais foram as mudanças? Como podemos avançar mais? Qual o nosso nível de ação? Onde conseguimos chegar e como vamos fazer para ir além. Por isso falamos que a Educação Ambiental, assim como todo processo educativo, é contínuo. Ele não acaba em si só.

## **Ações futuras**

Além de onde chegamos, se nosso projeto realmente atingiu os objetivos, sempre teremos os desdobramentos. As ações não precisam necessariamente continuar em seguida, e se tornarem temas recorrentes e exaustivos, mas temos que entender e planejar as ações futuras e os acompanhamentos periódicos ou os reforços ao nosso projeto.

## **Vamos mostrar o que fizemos**

A propaganda é a alma do negócio! Se alcançamos os objetivos do nosso projeto, temos que dar uma satisfação para os nossos parceiros. Então vamos mostrar o que fizemos. Uma exposição, uma festa, uma culminância. Este é o momento ideal para trazermos mais gente para partilhar o nosso próximo projeto.

Este também é o momento para explicitarmos o nosso compromisso com as mudanças e sensibilizar um maior número de pessoas mostrando como a escola está preocupada e atenta ao que acontece na comunidade e no mundo.



## APRESENTAÇÃO DO PROJETO

A1

## 1. TÍTULO

## 2. OBJETIVO PRINCIPAL (marcar 1 opção):

- manejo de unidades de conservação  
 conservação e manejo de espécies ameaçadas  
 fiscalização e proteção ambiental  
 valorização e manejo de áreas verdes urbanas  
 controle de espécies exóticas invasoras  
 restauração de ecossistemas  
 desenvolvimento e implementação de políticas públicas e legislação ambiental  
 pesquisa aplicada em ecologia e conservação da natureza

## 3. PALAVRA(S) CHAVE (verificar lista em anexo)

## 4. COORDENADAS GEOGRÁFICAS

## 5. RESPONSÁVEL TÉCNICO (R.T.) PELO PROJETO (quem executa o projeto)

Nome completo (sem abreviaturas):

Data de Nascimento / /	Sexo <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M	C.P.F.:	Identidade (RG):	Nacionalidade:
---------------------------	---	---------	------------------	----------------

Endereço para correspondência (Logradouro, nº, complemento) (deve ser residencial)

Bairro:

Cidade:

UF:

CEP:

Fone Celular:

Nome do local onde trabalha (seguida de sigla, se existente):

Cargo que exerce:

DDD/Fone residencial:

DDD/Fone comercial:

E-mail:

Regime de trabalho:

 Parcial  Integral

## 6. INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELO PROJETO (veja condições nas instruções)

Nome completo (seguido de sigla, se existente):

Subdivisão / Setor / Outro:

CNPJ:

Endereço (Logradouro, nº, complemento):

Bairro:

Cidade:

UF:

CEP:

Cx. Postal:

DDD/Fone(s): ramal

Fax:

E-mail:

## BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELO PROJETO (atuação na conservação da natureza)

É obrigatório ater-se ao espaço abaixo.

VISTO RT:

VISTO RL:

## APRESENTAÇÃO DO PROJETO

A2

**7. REPRESENTANTE LEGAL DA INSTITUIÇÃO (quem assina contratos pela instituição, conforme Estatuto)**

Nome completo (sem abreviaturas):

Endereço para correspondência (Logradouro, nº)  Residencial  Comercial

Bairro:

Cidade:

UF:

CEP:

Fone Celular:

Nome do local onde trabalha (seguido de sigla, se existente):

Cargo que exerce:

Data de Nascimento

Sexo

 F  M

C.P.F.:

Identidade (RG):

Nacionalidade:

DDD/Fone residencial

DDD/Fone comercial:

E-mail:

Regime de trabalho:

 Parcial  Integral**SEGUNDO REPRESENTANTE LEGAL DA INSTITUIÇÃO (se existente, conforme Estatuto)**

Nome completo (sem abreviaturas):

Endereço para correspondência (Logradouro, nº)  Residencial  Comercial

Bairro:

Cidade:

UF:

CEP:

Fone Celular:

Nome do local onde trabalha (seguido de sigla, se existente):

Cargo que exerce:

Data de Nascimento

Sexo

 F  M

C.P.F.:

Identidade (RG):

Nacionalidade:

DDD/Fone residencial

DDD/Fone comercial:

E-mail:

Regime de trabalho:

 Parcial  Integral**8. INSTITUIÇÕES CO-PARTICIPANTES (contrapartidas em recursos, pessoal ou infra-estrutura – obrigatório informar pessoa de contato nestas instituições)****9. CUSTO TOTAL DO PROJETO (somente valor solicitado à Fundação O Boticário)**

R\$

**10. PRAZO DE DURAÇÃO (12, 18 ou 24 meses):****DATA PREVISTA PARA INÍCIO:****11. REGIÃO GEOGRÁFICA / ESTADO (onde será desenvolvido o projeto):** Norte: Nordeste: Sudeste: Sul: Centro-Oeste:**12. BIOMA** Área Urbana Flor. Atlântica Flor. Amazônica Flor. Estacional Decidual Flor. Estacional Semidecidual Campos Ambiente Marinho Flor. Araucária Caatinga Cerrado Pantanal Zona Costeira (mangue, restinga, ilhas)**13. LOCAL / ÁREA / MUNICÍPIO (eventuais especificidades ou complementos necessários):**

VISTO RT:

VISTO RL:

## CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

**B1**

### 1. TÍTULO

--

### 2. EQUIPE EXECUTORA (Nome / Função no Projeto)

#### FORMAÇÃO

#### TITULAÇÃO

Nome / Função no Projeto	FORMAÇÃO	TITULAÇÃO

### 3. PROJETO ANTERIOR FINANCIADO PELA FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO

NÃO

SIM

RESPONSÁVEL TÉCNICO

EQUIPE

INSTITUIÇÃO

Projeto (número, título, R.T., ano de aprovação):


### 4. SÍNTESE DA PROPOSTA

Apresente um resumo executivo da proposta, ressaltando a relevância para a conservação da natureza.

<div data-bbox="1166 1834 1458 1930" data-label="Text"> <table border="1"> <tr> <td>VISTO RT:</td> <td>VISTO RL:</td> </tr> <tr> <td> </td> <td> </td> </tr> </table> </div>	VISTO RT:	VISTO RL:		
VISTO RT:	VISTO RL:			



## CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

B2

## 5. JUSTIFICATIVAS

Descrever como a proposta pode contribuir efetivamente para a conservação da natureza.

## 6. OBJETIVOS

VISTO RT: VISTO RL:

**CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO****B3****7. METAS**

Qualifique e/ou quantifique os objetivos da proposta (veja exemplo nas instruções).

**8. MÉTODOS**

Descreva a forma com que serão alcançados os objetivos e metas.

VISTO RT: VISTO RL:

**CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO****B4****9. INDICADORES**

Aponte a forma de medição e monitoramento para as metas estabelecidas; use, preferencialmente, indicadores numéricos (veja exemplo nas instruções).

**10. CONTRAPARTIDA INSTITUCIONAL (INFRA-ESTRUTURA, PESSOAL, RECURSOS)**

Liste as contrapartidas e especifique os valores. Veja condições nas instruções e Declaração 2.

**11. PLANO DE INFORMAÇÃO / DIVULGAÇÃO DO PROJETO**

Como, a quem e quando serão apresentados os resultados do projeto; especifique o público alvo.

VISTO RT:	VISTO RL:
-----------	-----------

**CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO****B5****12. PRAZO DE DURAÇÃO / CRONOGRAMA RESUMIDO (semestral, especificando as atividades)**

No cronograma semestral de atividades deve-se deixar claro quais metas serão atingidas em cada fase do projeto. O acompanhamento técnico do projeto, caso a proposta seja aprovada, será feito com base nas metas e indicadores previstos.

**VISTO RT: VISTO RL:**



## CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

B6

## 13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VISTO RT: VISTO.RL:

FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO  DE PROTEÇÃO À NATUREZA	<b>CUSTOS DO PROJETO</b>	<b>C1</b>
--	--------------------------	-----------

<b>1. TÍTULO</b>
------------------

<b>2. MATERIAL DE CONSUMO</b>
-------------------------------

DESCRIÇÃO	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Ver instruções em anexo.			
		<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>

	<b>VISTO RT:</b>	<b>VISTO RL:</b>
--	------------------	------------------

## CUSTOS DO PROJETO

C2

## 3. MATERIAL PERMANENTE

DESCRIÇÃO	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Ver instruções em anexo.			
		<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>

## 4. DESPESAS DE VIAGENS

DESCRIÇÃO	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Não apoiamos valores fechados de "diárias". Ver mais instruções em anexo.			
		<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>
			<b>VISTO RT:</b>
			<b>VISTO RL:</b>

FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO



DE PROTEÇÃO À NATUREZA

## CUSTOS DO PROJETO

C3

## 5. DESPESAS COM TERCEIROS

DESCRIÇÃO	QTDE.	VALOR / HORA OU SERVIÇO	VALOR TOTAL
Revelação de filmes/confecção de <i>slides</i> (Preenchimento obrigatório – Ver instruções em anexo)			
		<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>

## 6. DESPESAS COM PESSOAL (EQUIPE)

DESCRIÇÃO	Nº HORAS	VALOR /HORA	VALOR TOTAL
Ver instruções em anexo.			
		<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>

## 7. SOMA DOS ITENS 2 a 6

R\$

## 8. DESPESAS COM ADM. DO PROJETO

R\$

## 9. CUSTO PARCIAL (ITENS 7 + 8)

R\$

## 10. DESPESAS BANCÁRIAS (calcular sobre o valor do item 9)

DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
Preenchimento obrigatório. Calcular CPMF, DOC's e TED's. Ver instruções abaixo.	
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>

## 11. CUSTO TOTAL DO PROJETO (ITENS 9 + 10)

R\$

VISTO RT: VISTO RL:

FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO



DE PROTEÇÃO À NATUREZA

## CUSTOS DO PROJETO

C4

## 12. CRONOGRAMA FINANCEIRO SEMESTRAL

RESUMO DOS GASTOS NO PERÍODO

VALOR TOTAL NECESSÁRIO NO PERÍODO

**CRONOGRAMA SEMESTRAL** (especificar despesas, abrindo as rubricas – este cronograma financeiro será utilizado para acompanhamento do projeto, caso a proposta seja aprovada)

**ATENÇÃO:** a primeira parcela do cronograma financeiro semestral **não pode ser superior a 40% do valor total do projeto.**

VISTO RT: VISTO RL:



FUNDAÇÃO O Boticário



DE PROTEÇÃO À NATUREZA

## ANEXOS

D

## 1. TÍTULO

## 2. LISTAR, DESCREVER E INCLUIR ANEXOS QUE JULGAR NECESSÁRIOS

ATENÇÃO: Não devolvemos anexos encaminhados.

VISTO RT: VISTO RL:

## **LEIS AMBIENTAIS**

### **Ação Civil Pública (Lei 7.347 de 24/07/1985)**

Trata-se da Lei de Interesses Difusos, que trata da ação civil pública de responsabilidades por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, e ao patrimônio artístico, turístico ou paisagístico. A ação pode ser requerida pelo Ministério Público, a pedido de qualquer pessoa, ou por uma entidade constituída há pelo menos um ano. Normalmente ela é precedida por um inquérito civil.

### **Agrotóxicos (Lei 7.802 de 11/07/1989)**

A Lei dos Agrotóxicos regulamenta desde a pesquisa e fabricação dos agrotóxicos até sua comercialização, aplicação, controle, fiscalização e também o destino da embalagem. Impõe a obrigatoriedade do receituário agrônomo para venda de agrotóxicos ao consumidor. Também exige registro dos produtos nos Ministérios da Agricultura e da Saúde e no IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Qualquer entidade pode pedir o cancelamento deste registro, encaminhando provas de que um produto causa graves prejuízos à saúde humana, meio ambiente e animais. A indústria tem direito de se defender. O descumprimento da lei pode render multas e reclusão inclusive para os empresários.

### **Área de Proteção Ambiental (Lei 6.902, de 27/04/1981)**

Lei que criou as figuras das "Estações Ecológicas" (áreas representativas de ecossistemas brasileiros, sendo que 90% delas devem permanecer intocadas e 10% podem sofrer alterações para fins científicos) e das "Áreas de Proteção Ambiental" (APAS - onde podem permanecer as propriedades privadas, mas o poder público pode limitar e as atividades econômicas para fins de proteção ambiental). Ambas podem ser criadas pela União, Estado, ou Município. Informação importante: tramita na Câmara dos Deputados, em regime de urgência para apreciação em plenário, o Projeto de Lei 2892/92, que modificaria a atual lei, ao criar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação

### **Atividades Nucleares (Lei 6.453 de 17/10/1977)**

Dispõe sobre responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com as atividades nucleares. Entre outros, determina que quando houver um acidente nuclear, a instituição autorizada a operar a instalação nuclear tem a responsabilidade civil pelo dano, independente da existência de culpa. Se for provada a culpa da vítima, a instituição apenas será exonerada de indenizar os danos ambientais. Em caso de acidente nuclear não relacionado a qualquer operador, os danos serão suportados pela União. A lei classifica como crime produzir, processar, fornecer, usar, importar, ou exportar material sem autorização legal, extrair e comercializar ilegalmente minério nuclear,

transmitir informações sigilosas neste setor, ou deixar de seguir normas de segurança relativas à instalação nuclear.

### **Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 12/02/1998)**

A Lei dos Crimes Ambientais reordena a legislação ambiental brasileira no que se refere às infrações e punições. A partir dela, a pessoa jurídica, autora ou co-autora da infração ambiental, pode ser penalizada, chegando à liquidação da empresa, se ela tiver sido criada ou usada para facilitar ou ocultar um crime ambiental. Por outro lado, a punição pode ser extinta quando se comprovar a recuperação do dano ambiental e - no caso de penas de prisão de até 4 anos - é possível aplicar penas alternativas. A lei criminaliza os atos de pichar edificações urbanas, fabricar ou soltar balões (pelo risco de provocar incêndios), maltratar as plantas de ornamentação (prisão de até um ano), dificultar o acesso às praias, ou realizar um desmatamento sem autorização prévia. As multas variam de R\$ 50 a R\$ 50 milhões.

### **Engenharia Genética (Lei 8.974 de 05/01/1995)**

Regulamentada pelo Decreto 1752, de 20/12/1995, a lei estabelece normas para aplicação da engenharia genética, desde o cultivo, manipulação e transporte de organismos geneticamente modificados (OGM), até sua comercialização, consumo e liberação no meio ambiente. Define engenharia genética como a atividade de manipulação em material genético que contém informações determinantes de caracteres hereditários de seres vivos. A autorização e fiscalização do funcionamento de atividades na área, e da entrada de qualquer produto geneticamente modificado no país, é de responsabilidade de vários ministérios: do Meio Ambiente (MMA), da Saúde (MS), da Reforma Agrária. Toda entidade que usar técnicas de engenharia genética é obrigada a criar sua Comissão Interna de Biossegurança, que deverá, entre outros, informar trabalhadores e a comunidade sobre questões relacionadas à saúde e segurança nesta atividade. A lei criminaliza a intervenção em material genético humano in vivo (exceto para tratamento de defeitos genéticos), e também a manipulação genética de células germinais humanas, sendo que as penas podem chegar a vinte anos de reclusão.

### **Exploração Mineral (Lei 7.805 de 18/07/1989)**

Esta lei regulamenta a atividade garimpeira. A permissão da lavra é concedida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) a brasileiro ou cooperativa de garimpeiros autorizada a funcionar como empresa, devendo ser renovada a cada cinco anos. É obrigatória a licença ambiental prévia, que deve ser concedida pelo órgão ambiental competente. Os trabalhos de pesquisa ou lavra que causarem danos ao meio ambiente são passíveis de suspensão, sendo o titular da autorização de exploração dos minérios responsável pelos danos ambientais. A atividade garimpeira executada sem permissão ou licenciamento é crime.

### **Fauna Silvestre (Lei 5.197 de 03/01/1967)**

Classifica como crime o uso, perseguição, apanha de animais silvestres, a caça profissional, o comércio de espécimes da fauna silvestre e produtos que derivaram de sua caça, além de proibir a introdução de espécie exótica (importada) e a caça amadorística sem autorização do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Também criminaliza a exportação de peles e couros de anfíbios e répteis (como o jacaré) em bruto.

Para saber mais: a home page do IBAMA traz um resumo comentado de todas as leis relacionadas à fauna brasileira, além de trazer uma lista das espécies brasileiras ameaçadas de extinção.

### **Florestas (Lei 4771 de 15/09/1965)**

Determina a proteção de florestas nativas e define como áreas de preservação permanente (onde a conservação da vegetação é obrigatória): uma faixa de 10 a 500 metros nas margens dos rios (dependendo da largura do curso d'água), a beira de lagos e de reservatórios de água, os topos de morro, encostas com declividade superior a 45° e locais acima de 1800 metros de altitude. Também exige que propriedades rurais da região Sudeste do País preservem 20% da cobertura arbórea, devendo tal reserva ser averbada no registro de imóveis, a partir do que fica proibido o desmatamento, mesmo que a área seja vendida ou repartida. As sanções que existiam na lei foram criminalizadas a partir da Lei dos Crimes Ambientais, de 1998.

### **Gerenciamento Costeiro (Lei 7661, de 16/05/1988)**

Regulamentada pela Resolução nº 01 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar em 21/12/1990, esta lei traz as diretrizes para criar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Define Zona Costeira como o espaço geográfico da interação do ar, do mar e da terra, incluindo os recursos naturais e abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre. O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO) deve prever o zoneamento de toda esta extensa área, trazendo normas para o uso de solo, da água e do subsolo, de modo a priorizar a proteção e conservação dos recursos naturais, o patrimônio histórico, paleontológico, arqueológico, cultural e paisagístico. Permite aos Estados e Municípios costeiros instituírem seus próprios planos de gerenciamento costeiro, desde que prevaleçam as normas mais restritivas. As praias são bens públicos de uso do povo, assegurando-se o livre acesso a elas e ao mar.

### **IBAMA (Lei 7.735, de 22/02/1989)**

Lei que criou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), incorporando a Secretaria Especial do Meio Ambiente (que era subordinada ao Ministério do Interior) e as agências federais na área de pesca, desenvolvimento florestal e borracha. Ao IBAMA compete executar e fazer

executar a política nacional do meio ambiente, atuando para conservar, fiscalizar, controlar e fomentar o uso racional dos recursos naturais (hoje o IBAMA subordina-se ao Ministério do Meio Ambiente).

### **Parcelamento do solo urbano (Lei 6.766 de 19/12/1979)**

Estabelece as regras para loteamentos urbanos, proibidos em áreas de preservação ecológica, naquelas onde a poluição representa perigo à saúde, em terrenos alagadiços. Da área total, 35% devem se destinar ao uso comunitário (equipamentos de educação, saúde lazer, etc.). O projeto deve ser apresentado e aprovado previamente pelo Poder Municipal, sendo que as vias e áreas públicas passarão para o domínio da Prefeitura, após a instalação do empreendimento. Obs.: a partir da Resolução 001 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) de 23 de janeiro de 1986, quando o empreendimento prevê construção de mais de mil casas, tornou-se obrigatório fazer um Estudo Prévio de Impacto Ambiental.

### **Patrimônio Cultural (Decreto Lei 25, de 30/11/1937)**

Este decreto organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, incluindo como patrimônio nacional os bens de valor etnográfico, arqueológico, os monumentos naturais, além dos sítios e paisagens de valor notável pela natureza ou a partir de uma intervenção humana. A partir do tombamento de um destes bens, fica proibida sua destruição, demolição ou mutilação sem prévia autorização do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que também deve ser previamente notificado, em caso de dificuldade financeira para a conservação do bem. Qualquer atentado contra um bem tombado equivale a um atentado ao patrimônio nacional.

### **Política Agrícola (Lei 8.171 de 17/01/1991)**

Esta lei, que dispõe sobre Política Agrícola, coloca a proteção do meio ambiente entre seus objetivos e como um de seus instrumentos. Num capítulo inteiramente dedicado ao tema, define que o Poder Público (federação, estados, municípios) deve disciplinar e fiscalizar o uso racional do solo, da água, da fauna e da flora; realizar zoneamentos agroecológicos para ordenar a ocupação de diversas atividades produtivas (inclusive instalação de hidrelétricas), desenvolver programas de educação ambiental, fomentar a produção de mudas de espécies nativas, entre outros. Mas a fiscalização e uso racional destes recursos também cabe aos proprietários de direito e aos beneficiários da reforma agrária. As bacias hidrográficas são definidas como as unidades básicas de planejamento, uso, conservação e recuperação dos recursos naturais, sendo que os órgãos competentes devem criar planos plurianuais para a proteção ambiental. A pesquisa agrícola deve respeitar a preservação da saúde e do ambiente, preservando ao máximo a heterogeneidade genética.

### **Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938, de 17/01/1981)**

A mais importante lei ambiental. Define que o poluidor é obrigado a indenizar danos ambientais que causar, independentemente de culpa. O Ministério Público (Promotor Público) pode propor ações de responsabilidade civil por danos ao meio ambiente, impondo ao poluidor a obrigação de recuperar e/ou indenizar prejuízos causados. Também esta lei criou os Estudos e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), regulamentados em 1986 pela Resolução 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). O EIA/RIMA deve ser feito antes da implantação de atividade econômica que afete significativamente o meio ambiente, como estrada, indústria, ou aterros sanitários, devendo detalhar os impactos positivos e negativos que possam ocorrer por causa das obras ou após a instalação do empreendimento, mostrando ainda como evitar impactos negativos. Se não for aprovado, o empreendimento não pode ser implantado.

### **Recursos Hídricos (Lei 9.433 de 08/01/1997)**

A lei que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos define a água como recurso natural limitado dotado de valor econômico, que pode ter usos múltiplos (por exemplo: consumo humano, produção de energia, transporte aquaviário, lançamento de esgotos). A partir dela, a gestão dos recursos hídricos passa a ser descentralizada, contando com a participação do Poder Público, usuários e comunidades. São instrumentos da nova Política das Águas: 1- os Planos de Recursos Hídricos: elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para o País, visam gerenciar e compatibilizar os diferentes usos da água, considerando inclusive a perspectiva de crescimento demográfico e metas para racionalizar o uso, 2- a outorga de direitos de uso das águas: válida por até 35 anos, deve compatibilizar os usos múltiplos, 3- a cobrança pelo seu uso (antes, só se cobrava pelo tratamento e distribuição), 4- os enquadramentos dos corpos d'água (a ser regulamentado). A lei prevê a formação de 1- Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (integrado conselho nacional e estaduais de Recursos Hídricos, bem como os Comitês de Bacias Hidrográficas; 2- Conselho Nacional de Recursos Hídricos, composto por indicados pelos respectivos conselhos estaduais de recursos hídricos, representantes das organizações civis do setor e de usuários, 3- Comitês de Bacias Hidrográficas, compreendendo uma bacia ou sub-bacia hidrográfica, cada comitê deve ter representantes de governo, sociedade civil e usuários com atuação regional comprovada. 4- Agências de bacia: com a mesma área de atuação de um ou mais comitês de bacia, têm entre as atribuições previstas, a cobrança de uso da água e administração dos recursos recebidos, 5- Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Hídricos: para a coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.

## **Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição (Lei 6.803, de 02/07/1980)**

De acordo com esta lei, cabe aos estados e municípios estabelecer limites e padrões ambientais para a instalação e licenciamento das indústrias, exigindo Estudo de Impacto Ambiental. Municípios podem criar três classes de zonas destinadas à instalação de indústrias:

- 1)** zona de uso estritamente industrial: destinada somente às indústrias cujos efluentes, ruídos ou radiação possam causar danos à saúde humana ou ao meio ambiente, sendo proibido instalar atividades não essenciais ao funcionamento da área;
- 2)** zona de uso predominantemente industrial: para indústrias cujos processos possam ser submetidos ao controle da poluição, não causando incômodos maiores às atividades urbanas e repouso noturno, desde que se cumpram exigências, como a obrigatoriedade de conter área de proteção ambiental que minimize os efeitos negativos.
- 3)** zona de uso diversificado: aberta a indústrias que não prejudiquem as atividades urbanas e rurais.

Fonte: [www.tecnoambiental.com.br](http://www.tecnoambiental.com.br)

**REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

## REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM PIRES FERREIRA



2ª Seminário: Prefeito do município de Pires Ferreira



2º Seminário: Explicação sobre as Atividades de Educação Sanitária e Ambiental pela Técnica da KL Engenharia.



2º Seminário: Apresentação da CAGECE



Módulo I – Pires Ferreira: Exposição de Aula.



Módulo I – Pires Ferreira: Exposição de Aula com a Técnica da KL Engenharia.



Módulo I – Pires Ferreira: Participantes do curso.



Módulo I – Pires Ferreira: Grupo Participante.



Módulo I – Pires Ferreira: Momento de Descontração.



Módulo I – Pires Ferreira: Trabalho em Equipe.



Módulo I – Pires Ferreira: Apresentação dos Trabalhos Elaborados em Equipes.



Módulo I – Pires Ferreira: Momento de Avaliação do Módulo com a Técnica Social da KL Engenharia.



Módulo I – Pires Ferreira: Grupo Participante.

**REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO DISTRITO DE DELMIRO GOUVEIA**



Abertura do 2º Seminário pela Técnica Social da KL Engenharia



2º Seminário: Público Participante



2º Seminário: Público Participante



Módulo I – Delmiro Gouveia: Trabalho em Equipe.



Módulo I – Delmiro Gouveia: Trabalho em Equipe.



Módulo I – Delmiro Gouveia: Trabalho em Equipe.



Módulo I – Delmiro Gouveia: Apresentação dos Trabalhos Elaborados em Equipes.



Módulo I – Delmiro Gouveia: Apresentação dos Trabalhos Elaborados em Equipes.



Módulo I – Delmiro Gouveia: Apresentação dos Trabalhos Elaborados em Equipes.